

## Prefácio

### Baseado em fatos reais: *O Mágico de Oz* como alegoria política e monetária

As histórias infantis contam com uma cumplicidade espontânea e inocente de seus leitores, na forma da conhecida expressão “suspensão da descrença”, sem a qual mágicos, dragões e macacos alados não poderiam existir. Curiosamente, algo semelhante se passa com os adultos quando se deparam, no início de um livro ou filme, com a expressão que dá título a este ensaio. Esse apelo ao realismo, ao contrário do que aparenta, promove um elasticamento de possibilidades, e desloca a narrativa para um terreno onde a realidade será superlativa, mesmo sem o auxílio da fantasia ou do sobrenatural. E diante desse convite, os adultos se veem estimulados a uma experiência assemelhada à que tiveram quando jovens diante das histórias de fadas.

Essa pode ser a explicação para a popularidade tardia da “leitura alegórica” de *O Mágico de Oz*, que se inaugura em 1964 com um pequeno e instigante ensaio de Henry Littlefield, sempre descrito como um professor de história do ensino secundário, uma espécie de herói *folk* do mundo acadêmico, que fez uma descoberta talvez bombástica. Intitulado “O Mágico de Oz: Uma parábola sobre o populismo”, seu texto identificava inúmeras chaves que conectavam a saga de Dorothy e seus amigos a questões políticas e econômicas ao redor de L. Frank Baum. Teria Littlefield revelado uma narrativa oculta e paralela, unida por códigos sutis, invisíveis aos olhos das crianças? Teria o ardiloso e irrequieto Baum feito uso de personagens da vida real ao compor a plêiade de caracteres exóticos que circulam pela Terra de Oz?

Littlefield foi cuidadoso ao afirmar que a alegoria que identificou foi sempre um “assunto menor” e que Baum “nunca permite que a consistência da alegoria tome precedência sobre o tema do entretenimento infantil”; mas a conclusão é inequívoca: “As relações e analogias [apontadas em seu texto] são *demasiado consistentes para serem apenas coincidência*.”<sup>1</sup>

O ensaio foi recebido com reservas, e mesmo com um tanto de mau humor, pela imensa legião de admiradores de Baum, e apenas tardiamente celebrado pela comunidade de eruditos associados à literatura infantil e à de L. Frank Baum em particular. Pouco mais de duas décadas depois o professor Hugh Rockoff, da Rutgers University, em Nova Jersey, um economista e historiador especializado em assuntos monetários, publicava no prestigioso *Journal of Political Economy*, editado pela Universidade de Chicago, um texto intitulado “O Mágico de Oz como alegoria monetária”, elevando a estatura acadêmica e consagrando a interpretação proposta por Littlefield. O livro de Baum, segundo o julgamento de Rockoff, “não é apenas uma história para crianças, mas também um sofisticado comentário sobre os debates políticos e econômicos da era populista”.<sup>2</sup>

Com esse endosso, abriu-se em definitivo a porta para aqueles que visitaram o reino de Oz quando crianças, e que agora, uma vez atestado que ele está “baseado em fatos reais”, podem procurar códigos ocultos, enredos paralelos e conspirações, como se tornou comum na literatura para gente grande. E que prazerosa descoberta, voltar ao texto com olhos de pescador, deixar-se levar pela mesma aventura, porém numa nova versão, extravagante, como era típico de Baum, e concebida para leitores crescidos!

No longo prefácio à edição comemorativa do centenário da publicação de *O Mágico de Oz*, o biógrafo de Baum, Michael Patrick Hearn,

1. Henry M. Littlefield, “The Wizard of Oz: Parable on Populism”, in Henning Cohen (org.), *The American Culture: Approaches to the Study of the United States*. Boston, Houghton Mifflin Co., 1968, p.373 e 381. Grifos meus.

2. Hugh Rockoff, “The Wizard of Oz as Monetary Allegory”, *Journal of Political Economy*, vol.98, n.4, p.739. Tradução minha.

não esconde o desconforto com os desdobramentos dos achados do professor Littlefield: “Ainda que alguns pontos válidos sejam levantados, com demasiada frequência força a caracterização de símbolos que o texto não apoia.” Acrescenta que Baum “não era um escritor tão prosaico”, reduz a autoridade acadêmica de Littlefield ao dizer que este teria admitido que as suas metáforas vinham dos próprios alunos em deveres de casa na escola secundária e oferece uma sentença claramente enviesada: “Hoje, a reputação dessa teoria ultrapassa de longe o seu valor crítico.”<sup>3</sup>

Paradoxalmente, todavia, Hearn observa que a melhor resposta para o “mito populiista” é oferecida em um texto de David B. Parker para o *Journal of Georgia Association of Historians*, uma publicação raramente encontrada entre as mais eruditas, na qual o autor “rende-se à alegoria” e explica a sua já incontrolável popularidade por três caminhos: o “número de correspondências” (entre o texto e a história real), a sua indiscutível “utilidade no ensino” de história dos Estados Unidos e, talvez mais importante que tudo, o fato de que “muita gente nos Estados Unidos pós-Watergate e pós-Vietnã ficou fascinada ao se dar conta de que a sua história infantil predileta era algo como um documento subversivo, um conto de fadas *anti-establishment*”.<sup>4</sup>

Na verdade, depois de *O Mágico de Oz* ter alcançado um sucesso comparável ao de *Alice no País das Maravilhas* e *Peter Pan*, de ter sido traduzido para uma infinidade de idiomas sem perder sua identidade como um conto de fadas americano, e de sua consagrada versão cinematográfica de 1939 ter se tornado um ritual anual obrigatório em muitas televisões e para muitas famílias mundo afora, as reservas de Hearn sobre a solidez da “interpretação alegórica” ou

3. Michael Patrick Hearn, “Introduction”, in *The Annotated Wizard of Oz: Centennial Edition*. Nova York, W.W. Norton, p.lxxxix-xc.

4. David B. Parker, “The Rise and Fall of *The Wonderful Wizard of Oz* as a ‘Parable on Populism’”, *Journal of Georgia Association of Historians*, vol.15 (1994), p.49-63.

de qualquer outra leitura perderam importância. A real intenção de Baum, ou de Shakespeare, não é algo suscetível de observação, ou que se possa ter claro em um círculo restrito de especialistas. São muitas as formas pelas quais um texto clássico encontra seu lugar no imaginário do público, ou se torna folclore.

Nada obstante o incômodo de Hearn, é pertinente registrar a sua estranheza diante do fato de que nenhuma resenha ou comentário contemporâneo ao texto faz menção a qualquer associação do enredo com o movimento populista: por que analogias supostamente tão evidentes teriam sido redescobertas depois de 64 anos da publicação original do livro?

É bem sabido que a recepção de grandes clássicos da literatura pode se modificar drasticamente no decorrer do tempo, e *O Mágico de Oz* já tinha experimentado esse fenômeno nos anos 1950, durante a época de maior influência do senador McCarthy e seu famigerado e persecutório Comitê de Atividades Antiamericanas. Era um tempo, conforme relata o próprio Hearn, em que “até mesmo a lenda de Robin Hood era vista como um panfleto marxista”.<sup>5</sup> Nesse difícil e singular conjunto de circunstâncias, algumas passagens sobre o cotidiano do reino de Oz — as mesmas que alguns críticos eruditos haviam assinalado como definidoras de uma “utopia americana” — ensejaram a “frágil suspeita de que Oz poderia ser um estado socialista”.<sup>6</sup> Foi a época em que diversas bibliotecas públicas determinaram o banimento do livro, como na Flórida, onde em 1959 as bibliotecas do estado receberam uma lista de livros para não circular por serem “mal escritos, insinceros com a vida, sensacionalistas, tolamente sentimentais e conseqüentemente indigestos para as crianças de nosso país”. *O Mágico de Oz* estava no topo da lista.

5. Hearn, op.cit., p.xcvi.

6. Ibid., p.xcvi. Martin Gardner relata que essa suspeita já tinha aparecido em 1938. Ver a Apresentação ao presente volume, nota 24.

Na mesma linha, Ralph Ulveling, diretor da biblioteca pública de Detroit à época, meteu-se em uma polêmica pública em 1957 não apenas ao retirar o livro das estantes de livre acesso da sua biblioteca, mas ao declarar que “essas histórias [da série Oz] não tinham valor”, incentivavam o “negativismo”, ou “arrastavam mentes jovens para o nível da covardia” e “não se comparavam em qualidade aos contos de fadas de Grimm e Andersen”.<sup>7</sup> Dentre as diversas respostas, no mesmo ano, uma foi a “reedição crítica” do texto original acompanhado de dois qualificados prefácios em defesa da obra: uma análise do gênio criativo de Baum, escrita por Russel B. Nye, e o belo e cuidadoso texto biográfico de Martin Gardner “O Historiador Real de Oz”, incluído como Apresentação nesta edição. Vale observar que, no espírito daqueles tempos difíceis, Gardner foi extremamente econômico no registro das raízes da controvérsia — o macarthismo é daqueles males de que ninguém gosta de falar —, limitando-se à enigmática observação, no início, de que todos gostam do livro exceto os bibliotecários e os críticos.

Diante da onda de comentários favoráveis ao livro, Ulveling alegava estar sendo “citado de forma equivocada” e que a “suposta controvérsia tinha todos os elementos de um golpe publicitário”, pois, segundo dizia, “não se tratava de banimento, mas de seleção”. Gardner, em tréplica, comparou Ulveling a Humpty Dumpty: “As palavras significam o que eu quero que signifiquem”; e num outro texto, intitulado “Os bibliotecários de Oz”, repete o exercício usando um personagem do próprio Baum, o Professor H.M. Woggle-Bug T.E. (Professor A.A. Besourão M.E. — Altamente Ampliado, Meticulosamente Educado), uma caricatura do pedantismo (do qual fala também, longamente, na Apresentação [acima, p.24], sem contudo dizer a quem se refere).

O próprio Baum, na incomum introdução a *O Mágico de Oz*, com ares de manifesto, e em outros raros escritos da mesma espécie, tratando de suas intenções literárias fala não apenas em “modernizar”

7. Ibid., p.xcvii.

os contos de fadas europeus, retirando-lhes “os incidentes medonhos e sinistros imaginados por seus autores para indicar a moral assustadora de cada história”, mas também em histórias que “estampam as marcas de nosso tempo e retratam os espetáculos progressistas dos dias atuais”. Ao adaptar a tradição de contos de fadas para o gosto americano da virada do século, muitos elementos do cotidiano americano deveriam desempenhar papel importante, a fim de que aquela fantasia mantivesse alguma correspondência com os Estados Unidos. Assim, conforme descrito por Russel Nye, “Oz é uma cidade pequena de conto de fadas, ou um lar suburbano, criado segundo os padrões e o imaginário de uma menininha”.<sup>8</sup>

O macarthismo pode ter proporcionado um impulso inicial para a busca de “outras narrativas” ou “mensagens subliminares” em *O Mágico de Oz*. O fato de que o próprio autor atulhou sua história de referências à realidade que o cercava apenas serviu para tornar mais fértil a pescaria, porém em direções nas quais os censores dos anos 1950 não se interessaram. E foi Henry Littlefield, em 1964, quem coligiu as “marcas” do tempo de Baum e viu-se diante de uma enorme riqueza de detalhes sobre a vida americana na virada do século. Eis que a história começa e termina no Kansas, e a maior parte dos personagens, paisagens e incidentes parece ter sido construída com o intuito expresso ou velado de encontrar alguma referência no imaginário infantojuvenil da ocasião. É menos claro que a soma dessas referências forneça uma tese ou uma narrativa paralela que apoie, reveja ou qualifique a visão populista das questões políticas e econômicas de seu tempo. O conjunto de alusões permite, talvez, uma analogia com o trabalho de Raymundo Faoro sobre a obra de Machado de Assis, utilizando a ficção para recompor a realidade a que Machado se referia e assim obtendo um “comentário sofisticado” da

8. Russel Nye, “An Appreciation”, in Martin Gardner & Russel Nye (orgs.), *The Wizard of Oz and Who He Was*. East Lansing, Michigan University Press, 1994 (1957), p.1 e 12.

sociedade brasileira que poucos historiadores conseguiram alcançar pelas vias convencionais.

É claro que, nesse registro, a presença, a força e o teor da alegoria não dependem da intenção expressa do autor. Conforme bem observa Ranjit S. Dighe, numa edição de 2002 de *O Mágico de Oz*, comentado “à luz da interpretação alegórica”, o livro “agora, não parece ser nem uma peça de puro escapismo escrita ‘apenas para o prazer das crianças de hoje’, como Baum argumenta em sua introdução, nem a representação altamente simbólica de questões políticas e econômicas descrita por Littlefield e outros”. Não obstante, acrescenta que “os paralelos entre personagens, incidentes e cenários no livro e as questões da vida real americana do final do século XIX são impressionantes, intencionais ou não; o livro *funciona* como uma alegoria populista”.<sup>9</sup>

### A história real

Ao buscar “americanizar”, ou “modernizar”, seu conto de fadas através de alusões a temas, lugares e personagens do cotidiano, Baum tinha diante de si, nos anos 1890, um panorama particularmente rico, na política como na economia. Os Estados Unidos se transformavam, consolidando suas fronteiras, acolhendo hordas de imigrantes, iniciando suas atividades imperialistas — que culminaram na Guerra Hispano-americana (1898) e na decorrente conquista das Filipinas —, assistindo a agitações sociais de todo tipo, greves e protestos contra trustes e monopólios, mormente associados a bancos e ferrovias e, mais importante que tudo isso, experimentando uma profunda depressão econômica, com seus piores anos em 1893-97, descrita então como a pior contração econômica da história do país.

9. Ranjit S. Dighe (org.), *The Historian's Wizard of Oz: Reading L. Frank Baum's Classic as a Political and Monetary Allegory*. Westport, Praeger, 2002, p.4-8. Grifos no original.

A Guerra Civil, como costumam ser os eventos da espécie, foi um pesadelo monetário, surpreendentemente semelhante para os dois lados. A Confederação se sustentou sobre emissões de papel-moeda que foram varridas, ao final, por uma hiperinflação. A União também abusou das emissões de papel-moeda, as quais, todavia, sobreviveram ao confronto e ficaram conhecidas como *greenbacks*, trocadilho difícil de traduzir: a cor era um verde vistoso, nos dois lados da cédula, mas não havia outro *backing* (ou lastro) que não fosse sua cor. Encerrado o conflito, a estabilização compreendeu acerbos debates sobre o sistema monetário, e mais precisamente sobre os sacrifícios envolvidos na disciplina inerente ao padrão-ouro, ou seja, em adotar-se a conversibilidade a uma paridade fixa com relação ao ouro e às outras moedas internacionais ligadas ao metal. A opção pela ortodoxia levou o país a uma continuada restrição de liquidez e a uma deflação que permitiu que, em 1879, o país retornasse ao mesmo nível de preços de antes da guerra, e assim voltasse à conversibilidade, a despeito de muitas dores e reclamações.

É curioso, mas não surpreendente, que nos Estados Unidos tenham surgido partidos políticos de certa relevância cujos termos de referência estavam diretamente ligados a questões monetárias. O Partido Papelista (*Greenback Party*), cuja plataforma tinha as emissões de papel-moeda como principal objetivo, adicionalmente a algumas causas progressistas, teve presença eleitoral, ainda que como nanico, nas eleições de 1876, 1880 e 1884, o período mais crítico da volta ao padrão-ouro. Mas foi perdendo substância na medida em que a economia se fortalecia sob a disciplina prescrita pelo regime monetário que buscava antagonizar. Mais adiante, nas eleições de 1892, um novo partido se apresenta, herdando diversas das bandeiras dos papelistas: o Partido do Povo, ou os populistas, cujo candidato, James Weaver, de Iowa, que já havia concorrido à presidência pelos papelistas em 1880, consegue 9% do voto popular e captura quatro estados: o Kansas, sede do movimento, e três outros estados onde jazidas de prata tinham sido descobertas (Colorado, Idaho e Nevada).



Sátira da visão republicana sobre o Partido do Povo, na Revista *Judge*, junho de 1891.

Weaver denunciava governos “de Wall Street, por Wall Street e para Wall Street”, e o impacto de suas ideias, que podem ser resumidas na chamada “plataforma de Omaha”, onde havia sido a convenção dos populistas, parecia bem maior do que sua votação indicava nessa primeira tentativa. Às emissões de moeda fiduciária para baratear o crédito para os agricultores, juntava-se uma série de outras causas progressistas associadas a demandas de sindicatos e das mulheres, e também aos proibicionistas (movimento que lutava pela proibição da venda de bebidas alcoólicas). Mas os assuntos monetários não perderam sua centralidade, pois uma grande questão para os populistas era a adoção de um sistema monetário bimetálico, no qual o governo poderia também emitir dinheiro com lastro em prata, tal como fazia com o ouro.

É estranho que um assunto como esse tenha alcançado tamanha relevância na esfera eleitoral, mas é fácil ver que o bimetalismo era uma forma de aumentar a oferta de moeda e crédito, como queriam os papelistas, porém através da inclusão da prata como “base” do sistema monetário, a uma paridade fixa com o ouro já fixada em lei (na proporção 16:1). A “monetização” da prata, ou a “livre cunhagem de prata”, funcionava exatamente como uma descoberta de ouro, e seus efeitos seriam fortemente expansionistas, tendo em vista as enormes descobertas de prata feitas a seguir, nos anos 1870, nos Estados Unidos. Era como se a riqueza que viesse das entranhas da terra fosse “socializada” pela via da expansão generalizada da moeda e do crédito.

Antes dessas descobertas, contudo, a escassez da prata mantinha o seu preço de tal sorte elevado que seus proprietários preferiam vender o metal a cunhá-lo na paridade da lei, e nessas condições, passou, sem maiores dificuldades, uma lei que os populistas chamariam depois de “o crime de 1873”, pela qual a prata deixou de ser cunhada na paridade da lei. Pouco mais de uma década depois, num quadro de liquidez restrita e abundância de prata, essa proibição estabelecida parecia deslocada, e os papelistas passaram a lutar pela adoção da livre cunhagem de prata, a fim de escapar dos preconceitos que se haviam erguido contra o papel-moeda.

Uma tentativa de compromisso foi uma lei de 1890 (The Silver Purchase Act of 1890) pela qual o governo poderia ampliar suas aquisições de prata, o que funcionava como uma forma “keynesiana” de monetizar prata e elevar a demanda agregada, porém criando certas complicações financeiras que acabaram, na interpretação de alguns, ajudando a provocar uma corrida bancária e um pânico financeiro em 1893. As eleições do ano anterior tinham sido vencidas por Grover Cleveland, um democrata de índole conservadora, adepto do *laissez-faire* clássico, hostil às tarifas protecionistas e subsídios, porém visto como simpático aos bancos e ferrovias e sobretudo um homem

do padrão-ouro. O pânico de 1893 fez a economia mergulhar numa recessão profunda; e, no que parece ter sido uma reação ortodoxa a uma crise de liquidez, Cleveland revogou o programa de compra de prata, assim transformando, segundo a visão populista, a recessão em depressão. O desemprego foi de 3% em 1892 para 11,7% em 1893 e estonteantes 18,4% em 1894.

Cleveland sofreu derrotas terríveis nas eleições intermediárias, a atmosfera política se deteriorou fortemente e marchas de desempregados acorriam rumo a Washington, em sucessão, trazendo as mais variadas reivindicações. Uma dessas, talvez a mais famosa e importante para nossos propósitos, foi a que ficou conhecida como “O Exército de Coxey”: um grupo de cerca de quinhentos desempregados, vagabundos e indigentes liderados pelo “general” Jacob S. Coxey, um papalista de Ohio que demandava o aumento dos gastos em obras públicas, a serem financiadas com papel-moeda ou bônus sem juros. Esse keynesianismo *avant la lettre* recebeu atenção da imprensa, que registrou, não obstante, que o grupo incluía personagens como A.P.B. Bozarro, autointitulado Wizaro Supreme de um grupo de nome Patriotas Americanos e que se apresentava como O Grande Desconhecido,<sup>10</sup> e também Kirtland “Ciclone”, uma astróloga de Pittsburgh, tudo isso conferindo ao episódio o “caráter de uma ópera-bufa” ou mesmo de “um conto de fadas”<sup>11</sup> — de todo jeito, um material riquíssimo, provavelmente irresistível, para um contador de histórias como Baum.

Embora tenha havido alguma recuperação econômica em seguida, quando os democratas se encontraram em 1896 em Chicago, onde Baum mantinha residência, para sua convenção nacional e para escolher o seu candidato à presidência, a situação da economia era péssima e tendente a piorar. A convenção resultou das mais contenciosas e memoráveis da história política americana, e o resultado, em

10. Dighe, op.cit., p.34 e 61.

11. Rockoff, op.cit., p.749.

si, indica as razões: o presidente em exercício, buscando a reeleição, perde a indicação para William Jennings Bryan, um congressista de Nebraska, de 36 anos, da ala populista do partido, um extraordinário orador que eletrizou os convencionais com um discurso histórico, cuja passagem mais famosa — um recado claro para os que queriam o padrão-ouro — bem explica o lugar dos temas monetários, e da prata em particular, na eleição que estava por acontecer: “Vocês não vão empurrar sobre a frente do trabalhador essa coroa de espinhos. Vocês não vão crucificar a humanidade em uma cruz de ouro.”

A oratória espetacular de Bryan não era desconhecida. No Congresso, no decorrer dos debates sobre a abolição das compras de prata pelo governo em 1893, já havia impressionado a todos com sua veemência na defesa do bimetalismo: “O Ciclone de Nebraska” foi um de muitos apelidos que amealhou nesses embates. O “Leão de Nebraska” veio depois, em muitas charges publicadas durante a campanha presidencial.

Seu discurso da “cruz de ouro” foi aplaudido durante quinze minutos, e o jovem congressista em segundo mandato desceu do palco como líder de um movimento nacional, tendo derrotado ninguém menos que o próprio presidente na disputa pela indicação à candidatura presidencial. Bryan também foi indicado pelo Partido do Povo, apenas com um candidato diferente à vice-presidência, e a eleição que se seguiu, onde concorreu com William McKinley, pelo Partido Republicano, de Ohio, é sempre descrita como uma das mais acirradas e marcantes de todos os tempos. A coalizão democrata-populista, que também incluía papelistas, sindicalistas, proibicionistas, sufragistas e progressistas de toda ordem, com o voto declarado de Baum, arrastou o meio-oeste e o sul, os estados das Montanhas Rochosas, enquanto os republicanos concentraram suas vitórias nas grandes cidades do nordeste e da costa do Pacífico. McKinley venceu em 23 estados, Bryan em 22. No voto popular, McKinley fez 7,1 milhões contra 6,5 de Bryan. No colégio eleitoral, onde o resultado era decidido, McKinley venceu por 271 a 176.

Ambos os candidatos inovaram. Bryan por estabelecer recordes de viagens e discursos, e de entusiasmo em seus eleitores, numa época em que os candidatos raramente deixavam suas cidades de origem; McKinley, seguindo a tradição, manteve-se em Ohio, e a campanha organizava romarias para vê-lo e ouvi-lo. Por sua vez, McKinley inovou no financiamento de campanha, fator crítico para essa e outras campanhas posteriores. Ele teria levantado, segundo as avaliações mais ousadas, algo próximo a trinta vezes mais dinheiro que Bryan, além de introduzir métodos ditos modernos de manobrar a imprensa durante a campanha, o que tem sido creditado a Marcus Alonso (“Mark”) Hanna, o bilionário coordenador financeiro da campanha republicana, ele próprio um postulante à presidência anos depois.

É extraordinário que um tema complexo como o bimetalismo tenha sido a questão mais discutida numa eleição presidencial. É claro que a percepção popular da discussão era, possivelmente, a de mais um embate entre disciplina (talvez excessiva) e irresponsabilidade (talvez mero arrojo) monetária, apenas em altíssima temperatura face ao estado calamitoso da economia. Hoje se reconhece que as ideias de Bryan não eram tão inconsequentes quanto pareciam, inclusive porque a passagem do tempo fez com que o *establishment* partidário absorvesse as causas progressistas, dentre elas a necessidade de mais pragmatismo na gestão da moeda. O Partido Democrata deslocou-se mais à esquerda nessa eleição, foi perdedor, mas muitas de suas reformas liberais (no sentido americano do termo) acabaram apropriadas pelas administrações seguintes.

Quando Bryan e McKinley se reencontraram em 1900 para um novo embate presidencial, uma recuperação econômica — em boa medida bafejada pela expansão monetária — havia subtraído interesse do assunto da monetização da prata. A maior parte das bandeiras da campanha de 1896 em torno da prata, que permitiram o espantoso crescimento do movimento populista, havia perdido substância. Bryan precisava encontrar outros temas, e a escolha recaiu

sobre o imperialismo, um tema polêmico, e sobre o qual já havia tomado posições fortes, como nos casos da guerra Hispano-americana, de teor colonialista, e da anexação das Filipinas. Com isso, todavia, angariava antipatias dos dois lados: os republicanos o acusando de covardia diante de ameaças à segurança nacional, e os populistas cismados com as hesitações e a perda de ênfase no tema relativo à prata e à expansão do crédito.

Bryan perdeu novamente em 1900, ano da publicação de *O Mágico de Oz*, por uma margem um pouco mais larga, numa campanha morna, assinalando o desencanto e o declínio das ideias populistas e dos debates sobre a prata em especial. McKinley, todavia, governaria apenas por seis meses: foi assassinado por um anarquista e substituído por Theodore Roosevelt, de 42 anos, um dos mais dinâmicos e admirados presidentes americanos, e uma espécie de retrato do que ficou conhecido como a era progressista. Roosevelt se apropriou da retórica populista ao identificar-se muito fortemente como “o homem comum” e ao combater trustes e hostilizar gente como J.D. Rockefeller. O populismo havia sido amplamente deglutido pelos grandes partidos.

#### A alegoria monetária

Diante dos fatos acima descritos, o que é possível encontrar no texto de *O Mágico de Oz* que tenha correspondência com personagens e incidentes da vida real e que possa escapar à “mera coincidência”? Quais exatamente as indicações que sustentam a tese de que temos diante de nós uma alegoria para a saga populista nos Estados Unidos do final do século XIX?

O Kansas, início e fim da saga de Dorothy, é uma espécie de *alma mater* do movimento populista, um estado de fazendeiros em dificuldades como o tio Henry e a tia Em, vivendo em duras condições, mais claramente descritas no livro que no filme, onde a rotina parece mais idílica, ainda que em preto e branco. Antes do título definitivo,

*O Mágico de Oz* teve alguns títulos provisórios, entre eles *Do Kansas à Terra das Fadas*, com o qual ficava ainda mais clara a associação com a típica “rota da campanha” (*campaign trail*), seguida em todas as eleições presidenciais. Durante os debates em 1896, o próprio Mark Hanna teria determinado aos republicanos que circulassem nacionalmente um panfleto intitulado “Qual o problema com o Kansas?” (“What’s the matter with Kansas?”), de William Alden White, que trazia uma crítica maliciosa aos fazendeiros da região, pela incapacidade de pensar organizadamente sobre suas próprias dificuldades, um exemplo notável de malícia política ao culpar as próprias vítimas. Baum certamente conhecia o panfleto, que foi reproduzido no *Chicago Evening Post*, onde ele trabalhara. Na verdade, num relato de 1939, o próprio White afirmou que suas discussões com Baum levaram este último a escolher o Kansas como sede de sua aventura.<sup>12</sup>

Dorothy, a protagonista da aventura, representaria a América, “honestas, de bom coração e corajosa”, ou “Miss Everyone” (Senhorita Todo o Mundo, numa tradução ao pé da letra), o alter ego do leitor americano, criança ou adulto. Seu irrequieto companheiro Totó é tomado como o símbolo do movimento proibicionista, em razão da semelhança sonora com *teetotaler* expressão que significa total abstinência de bebida alcoólica. Além disso, os proibicionistas eram um movimento em geral aliado às causas progressistas, mas excêntrico e irrequieto, como Totó, “sempre empurrando na direção errada e não para ser levado a sério”.<sup>13</sup> É interessante que Totó, de quando em vez, está “marchando sobriamente”, uma pequena provocação.

O ciclone evoca a agitação causada pela depressão iniciada em 1893 e sobretudo pela rápida e fulgurante aparição do movimento populista, que no espaço de uma eleição para outra passou da condição de partido “nanico” à de real opositor do Partido Republicano, pois se apossou dos democratas e liderava, na prática, a coalizão.

12. Dighe, op.cit., p.45.

13. Rockoff, op.cit., p.745 n8.

Dorothy, Totó e sua casa aterrissam no reino de Oz, e esse nome, em si, não parece acidental. É fácil interpretá-lo como a abreviatura para onças, a antiga medida de peso utilizada para metais preciosos, ouro e prata, de tal sorte que o reino seriam os Estados Unidos em si, hipnotizados pela miragem do padrão-ouro. Baum certa vez teria explicado a escolha do nome a partir de um arquivo, que continha assuntos de O até Z — uma explicação que, tal qual a teoria onomatopáica mencionada por Gardner (acima, p.32), nem Hearn nem a própria neta de Baum levam a sério.

A casa aterrissa sobre a Bruxa Má do Leste, que morre soterrada, mas seus pés calçados com sapatinhos feitos de prata ficam para fora da casa, ao alcance de Dorothy. Os sapatos são de rubi na versão cinematográfica, e assim ficaram imortalizados na mente de muitos; a opção pelo rubi, no entanto, decorre do fato de que o reino de Oz era mostrado em technicolor, uma inovação então recém-adotada nos cinemas, e o vermelho sobressaía muito mais que o prata. E assim o filme fez se perder um dos mais importantes símbolos da alegoria.

A Bruxa Má do Leste, agora morta e incapaz de utilizar os poderes conferidos pelos Sapatos de Prata, seria Grover Cleveland (nascido em Nova Jersey e estabelecido em Nova York, ambos na Costa Leste americana), morto politicamente ao chegar à convenção de 1896 e igualmente incapaz de utilizar a prata como tema para a sua campanha — afinal, ele não havia revisto o “Crime de 1873”, nem operado as compras de prata de modo a reverter a recessão. A Bruxa Boa do Norte, de mais difícil identificação, representaria os apoios no Partido Democrata à causa populista, que foram essenciais para derrotar Cleveland na convenção e que resultaram na nomeação de Arthur Sewall, do Maine, o estado mais ao norte da Nova Inglaterra, para concorrer à vice-presidência na chapa democrata.

O povo do Munchkins representava a gente comum sacrificada pela insistência em se manter o padrão-ouro. Diziam-se “escravi-

zados” pela Bruxa Má do Leste, repetindo a linguagem radical-populista dos sindicatos da época, que falavam em “*wage slavery*” (escravidão assalariada, numa tradução livre) ao descrever as relações industriais naqueles dias. A Bruxa Má do Leste (Cleveland) tinha o poder para reverter a situação, pois tinha os Sapatos de Prata, mas não os utilizou.

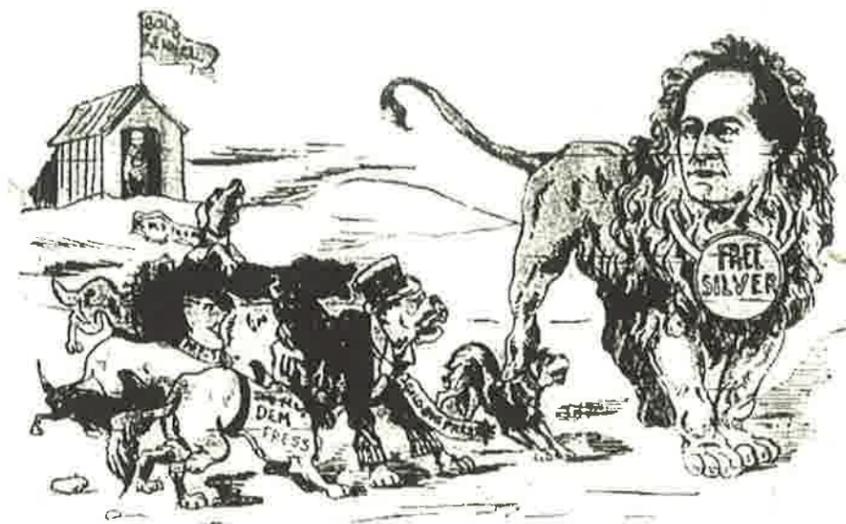
Os Munchkins e a Bruxa Boa do Norte explicam a Dorothy que, para voltar ao Kansas e seguir seu destino, ela precisava ir à Cidade das Esmeraldas — a capital, Washington —, seguindo pela “estrada dos tijolos amarelos”. A mensagem seria, portanto, que Dorothy deveria calçar os Sapatos de Prata e seguir pela trilha do padrão-ouro para chegar a Washington, o centro da discussão sobre o dinheiro, os *greenbacks*. Era essa a mensagem básica do bimetalismo, ou seja, não de subversão ao padrão-ouro, mas da adição da prata ao regime, com vistas a torná-lo melhor, mais flexível e mais propenso à expansão do crédito em razão da abundância de prata a preços menores que o da paridade.

No caminho, Dorothy e Totó encontram alguns personagens importantes para a narrativa e para a cena política americana. O primeiro é o Espantalho, representando os rústicos e bem-intencionados fazendeiros em dificuldades, inclusive para lidar com seus próprios problemas, ou para entender a complexa discussão sobre bimetalismo — por isso o Espantalho quer ter um cérebro. Ele resolve juntar-se a Dorothy em sua marcha para a capital, pela estrada dos tijolos amarelos, embora mal conseguisse se equilibrar ao caminhar, pois a estrada era irregular e frequentemente o levava a tropeçar, assim como a rigidez do padrão-ouro ocasionava necessariamente muita instabilidade na atividade agrícola.

O segundo é o Lenhador de Lata, representando o trabalhador urbano, uma espécie de robô, certa vez feito de carne e osso, mas que foi perdendo parte de sua humanidade face aos rigores da vida nas fábricas e ganhando ferrugem em razão da ociosidade, vale dizer, do

desemprego. Desumanizado e imobilizado pela oxidação, ou pelos maus-tratos da Bruxa Má do Leste, o Lenhador de Lata quer um coração, uma causa pela qual se apaixonar, e precisa de lubrificante, ou de liquidez, para recuperar seus movimentos. Ele também se junta à marcha de Dorothy, na esperança de reaver sua condição humana plena, como se esperava a adesão dos sindicatos industriais às causas progressistas em geral.

O terceiro personagem, o Leão Covarde, é o próprio William Jennings Bryan, cuja oratória tempestuosa tinha sido comparada ao rugido de um leão; o “Leão de Nebraska” era uma imagem comum em charges e a covardia foi um tema frequente da campanha de 1900, como já observado acima, face às posições anti-imperialistas e às hesitações com relação à prata. O Leão Covarde é o último a entrar na marcha rumo à Cidade das Esmeraldas, portanto a sequência na aparição dos amigos de Dorothy faz todo o sentido: o populismo começa no Kansas, com os agricultores ganhando em seguida o apoio



Bryan, o “Leão de Nebraska”, como o Leão Covarde, acossado por jornalistas – Kalidahs, manobrados pelos republicanos para o difamarem.

dos trabalhadores urbanos, e por fim conquista o democrata populista, o suposto rei dos animais. Note-se que, no primeiro contato, o Leão Covarde tentou arranhar o Lenhador de Lata, mas “não conseguiu nem arranhar a lata”, uma observação sempre associada ao fato de que a derrota eleitoral de Bryan teria sido causada por sua incapacidade de penetrar nos eleitorados urbanos.

Uma vez juntos, o estranho grupo, com tonalidades de “Exército de Coxey”, segue para a Cidade das Esmeraldas, enfrentando os mais estranhos episódios. Para atravessarem um fosso, o Leão Covarde precisa pular com seus companheiros nas costas, e paradoxalmente o faz sem correr, uma alusão, segundo a interpretação populista, ao fato de que Bryan ganhou a convenção sem uma campanha – *without a run*, em inglês, num jogo de palavras. Lá embaixo no fosso estão os Kalidahs, monstros terríveis comparados aos jornalistas manobrados pelos republicanos para difamar Bryan.

Mais adiante na sua marcha, o grupo precisa ultrapassar o Campo das Papoulas da Morte, onde o Leão Covarde não consegue se controlar e adormece — e a explicação para o episódio é a figura de Bryan inebriado pelos assuntos orientais, sob o efeito do ópio, que o faz adormecer em plena marcha, alienando-se da causa e do movimento que liderava. Mas o Leão Covarde é salvo pelos ratinhos do campo, uma representação para as bases do partido populista, a militância mais orgânica, que o arrasta para terreno seguro e para os temas do cotidiano: Bryan não deveria se envolver tanto assim com os debates acerca do imperialismo, mas voltar suas atenções para o preço do milho e para as questões de interesse dos pequenos agricultores, suas bases mais fiéis. Os ratos do campo, ademais, possuem uma Rainha que, tal como a Cegonha que salva o Espantalho, é vista como referência ao movimento sufragista, sempre acompanhando a causa populista à distância.

O grupo chega à cidade, em cujo portão o guarda os faz pôr óculos verdes atados por bandas feitas de ouro — como se os antolhos

do padrão-ouro fossem a única forma de olhar para os eventos da Cidade das Esmeraldas. “Os financistas conservadores que administram a Cidade das Esmeraldas forçam seus cidadãos a olhar para o mundo através de óculos com as cores do dinheiro”, no dizer de Rockoff.<sup>14</sup> O verde, a cor do dólar, como nos *greenbacks*, na verdade não era real, como o próprio Mágico explicará adiante. A cidade não é mais verde do qualquer outra, “só que, usando óculos verdes, claro que você vê tudo verde”, como esclarece o Grande Oz. Tudo depende da confiança, ou do modo de ver; a coisa não é intrínseca ou legitimamente “verde”. A moeda, ao final das contas, depende de confiança muito mais do que propriamente da matéria de que é feita. Essa tese **papelista encontrava muita simpatia** entre os populistas, muitos dos quais **tinham sido *greenbackers***.

Para chegar ao Mágico, o *deus ex machina* que atenderá os desejos de todos e levará Dorothy de volta ao Kansas, o grupo precisa passar por sete passagens e três lances de escada, uma alusão fácil ao “Crime de 1873”, que precisa ser superado para que as coisas funcionem no “reino”.<sup>15</sup> Há muitas pessoas sem fazer nada nas antessalas que levam ao Mágico, burocratas sem função, segundo a interpretação populista, e quando finalmente o Grande Oz recebe o grupo, um de cada vez, mostra-se em diferentes formas: uma mulher adorável para o Espantalho, um monstro para o Lenhador de Lata, uma bola de fogo para o Leão Covarde e uma cabeça gigante para Dorothy. As interpretações são inúmeras, todas afeitas ao modo como os políticos tratam os personagens aí representados. A todos pretensamente atende, ou promete atender, e a cada um se mostra de um jeito diferente, como é próprio de políticos, e sempre definindo alguma coisa em troca de seus favores. Segundo explica o Mágico: “No meu país,

14. Ibid., p.750.

15. A coincidência é tão flagrante que diminui a força da cautelosa observação de Rockoff segundo a qual “a história é rica em referências à cena corrente, mas não é um enigma matemático” (op.cit., p.745).

todo mundo precisa pagar pelo que receber.” Quem seria esse Mágico que se mostra em tantos formatos e adere a essa “visão de mundo puramente republicana”?, pergunta Rockoff. A resposta, de acordo com a mitologia populista, é Mark Hanna, um político profissional particularmente velhaco, o cérebro das campanhas republicanas, o homem dos bastidores, o impostor comandando as forças poderosas e o dinheiro que serve para enganar os eleitores e eleger McKinley.

Mas o Mágico não lhes oferece uma solução imediata e impõe condições: diz aos viajantes que para terem o que querem precisam matar a Bruxa Má do Oeste, que não pode ser outro personagem que não o próprio McKinley, o último obstáculo para que Dorothy e seus amigos alcancem seus objetivos. O Mágico não é necessariamente um inimigo da Bruxa Má do Oeste, e tampouco diz a verdade, ou toda a verdade, o tempo inteiro, como Dorothy logo aprenderia, e como costumam ser os políticos. Mas estava correto em apontar-lhes o caminho: vencer McKinley.

O grupo parte na direção oeste e enfrenta pragas bíblicas — lobos, corvos e abelhas —, que vencem seguidamente, para a surpresa e irritação da Bruxa, que se vê forçada a lançar mão do Gorro de Ouro, outro símbolo para o padrão-ouro, que permite a quem o possui convocar os Macacos Alados (cuja simbologia veremos mais abaixo) em três oportunidades, para realizarem três desejos. A Bruxa Má do Oeste já usou dois deles, um para afastar o Mágico de seus domínios, outro para escravizar os Winkies Amarelos (uma alusão às Filipinas ou aos trabalhadores orientais na Califórnia). O terceiro seria para capturar Dorothy e deixar seus três amigos imóveis e aprisionados.

Depois de utilizar os desejos permitidos pelo Gorro de Ouro, a Bruxa tinha Dorothy prisioneira, mas como a menina ainda calçava os Sapatos de Prata, a Bruxa não se atreveu a atacá-la, pois conhecia os poderes desses sapatos. McKinley não era forte o suficiente para atacar as causas populistas e a prata em particular, mas seguia dizendo que o bimetalismo seria factível se fosse o resultado de uma

conferência internacional, que ele estava disposto a convocar. As causas populistas estavam aprisionadas. A Bruxa serve-se de um stratagem para retirar de Dorothy um dos Sapatos de Prata, que ficam assim “desunidos”: Bryan hesitante e McKinley tergiversando. Dorothy, porém, irritada com a Bruxa, atira-lhe um balde de água — e para a sua surpresa o efeito da água sobre a Bruxa foi fazê-la derreter. Seria talvez a chuva que afastava as proverbiais dificuldades dos agricultores, a aridez da terra e a inclemência dos elementos, ou ainda, a “liquidez” que vinha de uma fonte exógena de crédito, todos serviam para diminuir os poderes de McKinley.

Com a Bruxa afastada, Dorothy, ajudada pelos Winkies, resgata seus amigos dos respectivos cativeiros. O Lenhador de Lata, em particular, é consertado por latoeiros Winkies e ganha um novo machado com um cabo de ouro e uma lâmina que brilha como prata. Os Winkies dão uma coleira de ouro ao Leão e outra a Totó, uma bengala de ouro ao Espantalho, para que não tropece no caminho, e uma lata de óleo feita de prata, mas adornada de ouro e brilhantes, para o Lenhador. Dorothy ganha uma pulseira cravejada de brilhantes e toma para si o Gorro de Ouro que achou no armário da Bruxa, sem saber de seus poderes. Estavam prontos para avistar-se com o Mágico, mas ainda teriam que chegar a até ele.

O grupo segue para o leste, mas parece se perder, quando Dorothy se lembra do apito que poderia utilizar para chamar os Ratos do Campo. Não era o mesmo apito de prata que a Bruxa Má usara para invocar as quarenta pragas, mas fez aparecer a Rainha dos Ratos do Campo. A expressão *whistle blowers* (ao pé da letra, sopradores de apito) possui um significado político muito estabelecido na cultura americana: remete aos denunciadores de autoridades envolvidas em atividades desonestas. Um par de leis protegendo esses personagens tinha sido aprovado durante a Guerra Civil, inclusive prometendo aos *whistle blowers* percentagens dos dinheiros recuperados em compras fraudulentas pelo governo.

Eis que a Rainha dos Ratos do Campo, uma vez mobilizada pelo apito, sugere a Dorothy que use o Gorro de Ouro e chame os Macacos Alados para ajudá-la. Há várias interpretações para esses personagens. Alguns, como Littlefield, os tomam como índios da planície (os quais não contavam com a predileção de Baum, que havia escrito editoriais nada simpáticos à causa sioux): o Rei dos Macacos Alados conta a Dorothy que eles tinham sido, certa vez, “um povo livre”, até se tornarem servos do Gorro de Ouro por conta de um episódio obscuro onde não teria havido má intenção dos pobres macacos. Há interpretações alternativas: os imigrantes irlandeses eram muito comumente descritos como macacos em charges da época que se assemelham às ilustrações utilizadas na edição original do livro. Mas a mais plausível é a que os toma como políticos fisiológicos, prontos a servir qualquer liderança simpática ao *establishment* ortodoxo, normalmente pró-ouro, e de grande poder destrutivo. As iniciais para “Macacos Alados” em inglês, *Winged Monkeys*, são as mesmas de William McKinley, que seria uma espécie de marionete do Grande Mágico, Mark Hanna, o verdadeiro comandante da política republicana.<sup>16</sup>

O grupo retorna ansioso à Cidade das Esmeraldas para cobrar as promessas, e descobre que o Grande Mágico é um “homem comum”, um clichê de políticos da época, mas com habilidades de ventríloquo, ou seja, com a capacidade de falar através de muitas vozes e personagens, e que na verdade vinha de Omaha, onde estava num balão que foi trazido para Oz por um ciclone. Omaha era a *alma mater* da plataforma populista, e a imagem segundo a qual um ciclone trouxera essas ideias para o centro da política era muito comum. O Mágico era um impostor — em inglês, *humbug*, num jogo de palavras com *gold bug* e *silver bug*, como eram chamados os adeptos do padrão-ouro e os do bimetalismo, respectivamente; era como se todos os políticos fossem farsantes.

16. Dighe, op.cit., p.102, n.47.

Mesmo diante da decepção inicial, os membros do grupo aceitaram com entusiasmo as soluções paliativas propostas pelo Mágico, que dá ao Espantalho, ao Lenhador de Lata e ao Leão qualidades que, no fundo, eles sempre tiveram. Os políticos têm a habilidade de mágicos baratos, que nos dão o que já temos fazendo parecer que foi sua dádiva.

Mas na hora de mandar Dorothy de volta ao Kansas, um pequeno acidente faz com que o balão que a levaria suba sem ela, carregando apenas o Mágico. Dorothy fica sem alternativas. O Espantalho já está no controle da Cidade das Esmeraldas, nada mau para quem não tinha cérebro. Já o Leão Covarde, para se tornar o Rei da Floresta, teve de matar um monstro parecido com uma aranha, com oito enormes pernas, uma imagem que os populistas usavam com frequência para se referir às ferrovias e bancos, e da qual o próprio Baum lançou mão em outros escritos para se referir aos trustes.

A fim de voltar para casa, Dorothy precisará então buscar o conselho de Glinda, a Bruxa Boa do Sul. É uma viagem difícil, passando pelo delicado País de Louça, cercado por um grande muro: nova incursão pelo tema do imperialismo (*china* é a palavra em inglês para porcelana) e também uma alusão ao isolamento do sul dos Estados Unidos nos anos posteriores à Guerra Civil. A aventura a seguir consiste em chegar ao país dos Quadlings, mas seres com cabeça de martelo impedem a passagem do grupo. A interpretação populista associa os Cabeças-de-Martelo aos intelectuais sempre hostis às causas populistas. Como desabafa Dorothy: "Não adianta lutar contra pessoas com cabeças que atacam assim, pois ninguém pode enfrentá-las."

Depois de usar o último desejo permitido pelo Gorro de Ouro e apelar aos Macacos Alados para passar pelos Cabeças-de-Martelo, o grupo chega ao País dos Quadlings, onde todos se vestem de vermelho, uma alusão aos *rednecks* ("pescoços-vermelhos"), como são chamados os colonos do sul dos Estados Unidos. Ali são levados finalmente

a Glinda, de quem ouvem a explicação sobre como voltar ao Kansas: bastava unir os Sapatos de Prata e batê-los três vezes. Segundo Rockoff, "o sonho populista de chegar ao poder com o auxílio do Sul estava realizado".<sup>17</sup> Dorothy entrega o Gorro de Ouro para Glinda, que usa os seus três desejos para alojar apropriadamente o Espantalho na Cidade das Esmeraldas, o Lenhador de Lata junto aos Winkies e o Leão na floresta. Segundo Littlefield: "Interesses agrícolas alcançam dimensão nacional, o industrialismo chega ao oeste e Bryan comanda apenas uma floresta de figuras menores."<sup>18</sup>

Quando Dorothy acorda no Kansas, no ponto de partida, os sapatos se foram, a "batalha dos padrões" ficou no passado e a prata, esquecida, embora a agitação tenha sido muito interessante para os que se envolveram no debate e para que algumas das bandeiras populistas e progressistas entrassem para as pautas dos grandes partidos. Em 1900, os Estados Unidos estavam firmemente de volta ao padrão-ouro.

Gustavo H.B. Franco\*

17. Rockoff, op.cit., p.756.

18. Littlefield, op.cit., p.381.

\* Gustavo H.B. Franco é professor no Departamento de Economia da PUC-Rio desde 1986. Foi diretor e presidente do Banco Central do Brasil entre 1993 e 1999 e um dos criadores do Plano Real. É sócio fundador da Rio Bravo Investimentos e tem vários livros publicados, entre eles *A economia em Machado de Assis*, *A economia em Pessoa*, *Shakespeare e a economia* e *As leis secretas da economia*, todos eles publicados pela Zahar.